

A escola e a sala de aula

Florestan Fernandes

JORNAL DE BRASILIA

Em vista da próxima elaboração da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional, é fundamental que se revejam as práticas imperantes em nosso ensino, especialmente no primeiro e segundo graus. Começamos por importar idéias francesas e alemãs, no fim do século passado; tentamos depois, também, "reproduzir" o que nos pareceu ser o ensino primário norte-americano e o enciclopedismo iluminista do segundo grau francês. Em ambas situações falhamos. As instituições importadas não podem ser redefinidas, em seu significado, estruturas e funções fora do seu contexto psico social e cultural.

Empobrecemos as instituições, as práticas que elas engendram e o seu rendimento pedagógico. O meio brasileiro revelou-se muito árido, a mentalidade reinante demasiado tosca — autoritária ao extremo, reduzindo o professor aos papéis mínimos de transmissor passivo do "saber" importado e os alunos àquilo que os filósofos e os educadores críticos chamaram, negando-a, a célebre "página em branco".

Em alguns Estados e em certas cidades, conseguiu-se um padrão de qualidade sofrível, mas às custas de uma relação repressiva entre professores e alunos, que deformava a ambos. Afastava-se a sala de aula do núcleo da grande experiência pedagógica. E aproximava-se a escola mais das instituições punitivas e carcerárias que do cerne elementar de uma pedagogia do aprender fazendo. No grupo escolar em que estudei, por três anos, antes do fim da década de 30, a vice-diretora ficou uma vez com a orelha de um aluno nas próprias mãos. Não previra que suas unhas compridas iriam fazer um corte de navalha... Em outros lugares, nem isso. Só o crescimento da ignorância e da brutalidade, que não passava pela violência repressiva de uma escolarização pobre, autoritária e fundada em uma hierarquia de idade e de classe devastadora, mas privava as gerações ascendentes da aprendizagem sistemática.

Ocorreram mudanças. Mas

foram poucas. O que esperar do ensino em uma sociedade na qual a imensa maioria era excluída da educação escolarizada e a mãe de um aluno procura o diretor para recomendar, como o fez dona Maria Fernandes: senhor, faça dele um homem e castigue-o como se fosse o seu pai? Mas de cinquenta anos depois disso, as coisas se alteraram. Mas a "revolução na escola e pela escola" ficou nas utopias dos pioneiros da escola nova e dos pedagogos que os sucederam. A escola — e por meio dela a sala de aula — continua presa a uma concepção predatória da pessoa que é mandada. A burocracia criou ardis e abismos imprevisíveis e permanecemos com a carência de uma filosofia de educação democrática, que floresça de baixo para cima (da sala de aula para a escola e desta para a sociedade e as terríveis" autoridades do ensino"), e de dentro para fora (da sala de aula e da escola para a comunidade e a sociedade civil global).

O importante, hoje, não é o que a nova lei poderá fazer para acabar com os vestígios de uma pedagogia às avessas, pervertida. É o que ela poderá ser para gerar, a partir de nossos dias, uma educação escolarizada fincada na escola e nucleada na sala de aula. Não basta remover os "excessos" de centralização, que substituem a relação pedagógica pela reação de poder. É preciso construir uma escola auto-suficiente e autônoma, capaz de crescer por seus próprios dinamismos; e conferir à sala de aula a capacidade de operar como o *exprimentum crucis* da prática escolar humanizada, de liberação do oprimido, de descolonização das mentes e corações dos professores e alunos, de integração de todas as correntes críticas de vitalização da comunidade escolar e de transformação do meio social ambiente.

A nossa pedagogia ficou presa ao pseudolegalismo de uma educação subcapitalista. A lei deu continuidade à dominação férrea das elites dos senhores de escravos — mais tarde, dos fazendeiros burgueses, dos comerciantes dos grandes

negócios de exportação, de importação e dos industriais nativos e "multinacionais"... Ora, essa não é a função necessária da lei. A hegemonia pré-burguesa e sub-burguesa na escola passou pela instrumentalização dos bacharéis, pela burocratização que chegou até a incluir o Presidente da República na nomeação de "reitores eleitos" (safal) e pela redução dos docentes à condição de servos do poder, de agentes da dominação de classe verdadeiramente cega dos de cima.

A lei, se a sociedade civil se civiliza e se democratiza, tem por fim concorrer para a extinção do servilismo, dos privilégios e dos clientelismo bárbaro, que não reconhece nem respeito limites. Até o voto converteu-se, em muitos lugares, em mercadoria! O "dono" do poder compra o voto e com ele elabora a democracia à sua imagem.

Por isso, a sala de aula fica na raiz da revolução social democrática: ou ela forma o homem livre ou ficaremos entregues, de forma mistificadora, a um antigo regime que possui artes para readaptar-se continuamente às transformações da economia, da sociedade e da cultura. Dissociar a sala de aula de seu empobrecimento e deterioração brutais é a saída para gerar a escola de novo tipo que, por sua vez, desencadeará e aprofundará a renovação de mentalidade de que carecem os de baixo e os de cima. Deu-se muita importância ao tope, aos organismos do aparato do Estado (o Ministério e as secretarias de Educação; os conselhos federal e estaduais de Educação etc), ignorando-se que esse Estado se punha a serviço de causas estreitas, mais empenhados na "defesa da ordem" (e dos privilégios que ela atribui a ralas minorias) que com a educação.

Devemos dar um giro de 360 graus e situarmos o foco vital onde ele deverá estar: na sala de aula, nas relações entre professores e alunos e no influxo que tal situação provocará sobre a transformação da sociedade pela escola (e vice-versa).

□ Florestan Fernandes é deputado federal (PT-SP)